

Microcrédito, uma esperança?

(Não Assinado)

Pesquisa da FGV atesta sucesso da política de concessão de crédito a pequenos empreendedores

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou na semana passada os resultados da pesquisa Microcrédito, o Ministério Nordeste e o Grammen Brasileiro", atestando a eficácia da política de microcrédito na elevação da renda e consumo na região Nordeste. A pesquisa foi realizado a partir do programa Crediamigo do Banco do Nordeste, e de acordo com os dados, os pequenos empreendedores, classificados como os que atuam no mercado informal ou empregam até cinco pessoas no formal, tiveram com o microcrédito o aumento médio de R\$ 4 mil na renda familiar no período compreendido entre 1998 e 2006.

O estudo também registrou que o faturamento e o lucro das empresas cresceram cerca de 35% após a concessão do crédito. Outro aspecto destacado foi a crescente participação das mulheres na utilização da sistemática, representando dois terços dos atuais 300 mil clientes do banco. Além disso, o lucro registrado pelo negócio delas cresceu 4,1% a mais do que o dos homens, apesar de no total ainda ser 21% menor.

Lançado em 1998, o Crediamigo tem hoje R\$ 150 milhões em carteira e o índice de inadimplência gira em torno de 0,81%, com grande parte dos empréstimos voltados para capital de giro e investimentos, contemplando atividades como marcenarias, sapatarias, carpintarias, artesanatos, gráficas, padarias, ambulantes, mercadinhos, armarinhos, farmácias, lanchonetes, feirantes, vendedores de cosméticos, salões de beleza, oficinas mecânicas, borracharias etc. No total são 1.450 municípios atendidos no Nordeste, sendo o Ceará responsável por 29,84% dessa modalidade de crédito.

Deve ser ressaltado ainda em relação à sistemática do microcrédito, que trata-se de uma política pública de desenvolvimento, sem custo aos cofres públicos nem tão pouco ao próprio BNB, que apenas intermedia sem muita burocracia a sua aplicação. Normalmente o empréstimo é liberado de uma vez e em, no máximo, sete dias úteis. Como a inadimplência é quase nula, o retorno do investimento abre sempre a margem para que novas pessoas sejam incluídas na sistemática da concessão de empréstimos. A experiência de tão exitosa poderia servir de parâmetro para um amplo programa de governo focado no surgimento dos pequenos empreendedores.

Comemora-se o resultado do crescimento da construção civil no País, um dos indicadores do crescimento sadio da economia, mas é preciso lembrar que o referido resultado fundamentou-se no desbloqueamento de pequena parte dos depósitos compulsórios dos bancos brasileiros para financiar o setor. Milhares de empregos foram criados e potencializou-se a atividade em todos os segmentos dela decorrentes.

Se por um lado uma carteira de R\$ 150 milhões é algo representativo a partir de uma única instituição financeira, no caso, o BNB, imaginem se adotada pela banca privada em sua totalidade. Uma mínima parte de recursos do depósito compulsório voltada para os micros e pequenos empreendedores traria um impacto jamais imaginado pelos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento de todos os tempos. Seria ainda uma convincente resposta à evolução qualitativa do próprio Programa Bolsa Família - sem custo para os cofres públicos, nem para contribuintes - despertando milhões de brasileiros para a arte de empreender. Argumentos contrários não faltariam, principalmente pelo lobby confortável do setor financeiro, mas de são consciência, com o lucro da atividade no Brasil - entre os países de juros mais altos do mundo - bem seria uma contribuição decisiva ao desenvolvimento nacional. Pelas estatísticas, cada empreendedor gera mais cinco empregos. Para os pragmáticos, uma simples conta de resultados. Para os que sonham com o desenvolvimento, uma esperança.